

LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2008

DATA: 22 DE DEZEMBRO DE 2008

SÚMULA: INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL PARA O MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei Complementar:

**TÍTULO I
FUNDAMENTAÇÃO**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Artigo 1º - Esta Lei institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal para Quatro Pontes, fundamentada na Constituição da República em especial os artigos 30 e 182, Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município de Quatro Pontes.

Artigo 2º - As políticas setoriais, programas, projetos, planos plurianual, diretrizes orçamentárias deverão orientar-se pelos objetivos, princípios, diretrizes e propostas constantes desta Lei, seus respectivos anexos e nas Leis e Códigos específicos e complementares deste plano;

Artigo 3º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana;

Artigo 4º - São Leis e Códigos específicos e complementares a esta Lei do Plano Diretor:

- I. Lei do Perímetro Urbano
- II. Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- III. Lei de Zoneamento;
- IV. Código de Obras;
- V. Código de Posturas;

Parágrafo Único: *Outras leis poderão vir a integrar o Plano, desde que cumulativamente:*

- a) tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal;*
- b) mencionem expressamente em seu texto a condição de integrantes do conjunto de leis componentes do plano;*
- c) definam as ligações existentes e a compatibilidade entre seus dispositivos e os das outras leis já componentes do plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis.*

Artigo 5º - *O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal aplica-se em toda a extensão territorial do Município de Quatro Pontes.*

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS GERAIS

Artigo 6º - *A política de desenvolvimento municipal deve se pautar pelos seguintes princípios:*

- I. Função social da propriedade;*
- II. Sustentabilidade;*
- III. Gestão democrática e participativa.*

Artigo 7º - *A função social da cidade no Município de Quatro Pontes corresponde ao direito à cidade para todos os habitantes, o que compreende os direitos a terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à cultura e ao lazer.*

Artigo 8º - *Para cumprir a sua função social, a propriedade deve atender, simultaneamente, no mínimo, às seguintes exigências:*

- I. Intensidade de uso adequado à disponibilidade da infra-estrutura urbana e de equipamentos e serviços, atendendo aos parâmetros urbanísticos definidos pelo ordenamento territorial determinado nesse Plano e na Lei do Uso e Ocupação do Solo;*
- II. Uso compatível com as condições de preservação da qualidade do meio ambiente, a paisagem urbana e do patrimônio cultural, histórico e arqueológico;*
- III. Aproveitamento e utilização compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e da vizinhança.*

Parágrafo Único: *O Município utilizará os instrumentos previstos nesta Lei e demais legislações pertinentes para assegurar o cumprimento da função social da propriedade.*

Artigo 9º - *Sustentabilidade é o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.*

Artigo 10º - *A gestão democrática incorpora a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento.*

Artigo 11 - *São objetivos gerais do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Quatro Pontes:*

- I. *Melhoria das condições de vida e bem estar dos habitantes do município;*
- II. *Otimização dos recursos públicos;*
- III. *Ampliação da eficiência e eficácia dos serviços públicos;*
- IV. *Prevenção dos problemas urbanos e rurais;*
- V. *Ordenação da ocupação e da expansão urbana;*
- VI. *Garantir o bom funcionamento da estrutura urbana;*
- VII. *Proporcionar o desenvolvimento sustentável embasado na harmonia entre o meio ambiente, a infra-estrutura e o homem;*
- VIII. *Preservação e revitalização do meio ambiente;*
- IX. *Atendimento das demandas sociais de habitação, saúde, educação, transporte e lazer;*
- X. *Fortalecer a autonomia municipal;*
- XI. *Coibir uso especulativo da terra;*
- XII. *Servir de orientação dos planos plurianual, as Leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais;*
- XIII. *Integração entre os diferentes níveis de governo;*
- XIV. *Promover a eficiência e desenvolvimento econômico dos setores produtivos;*
- XV. *Proporcionar gestão democrática e participativa.*
- XVI. *Orientar a política de desenvolvimento do Município, considerando as condicionantes ambientais e utilizando adequadamente as potencialidades do meio natural, social e econômico da região e do Município;*
- XVII. *Garantir a função social da propriedade urbana, prevalecendo esta função sobre o exercício do direito de propriedade individual;*
- XVIII. *Assegurar que a ação pública do Poder Executivo e do Legislativo ocorra de forma planejada e participativa;*
- XIX. *Estimular e desenvolver canais que promovam o acesso dos cidadãos à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, buscando o aprendizado social na gestão municipal e na construção da cidadania;*

- XX. *Garantir a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico e paisagístico;*
- XXI. *Garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infra-estrutura urbana;*
- XXII. *Prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana e coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;*
- XXIII. *Permitir a participação da iniciativa privada em ações relativas ao processo de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos diversificados, quando for de interesse público e compatível com a observação das funções sociais da Cidade.*

TÍTULO II

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA URBANA

CAPÍTULO I

DA OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Artigo 12 – *As ações do governo municipal no que se refere ao desenvolvimento urbano, será norteadas nesta Lei, na Lei Orgânica Municipal, devendo a Prefeitura Municipal, para sua consecução; equipar-se e adequar a sua estrutura administrativa.*

Artigo 13 – *Por iniciativa do Poder Executivo Municipal será criado mediante Lei Órgão de Planejamento, Política Urbana e Ambiental, sendo responsável pelas atribuições básicas:*

- I. *Promover a implantação do Plano Diretor;*
- II. *Desenvolver pesquisas, programa, projetos e planos setoriais necessários a permanente implantação do Plano Diretor;*
- III. *Promover a política ambiental;*
- IV. *Planejar o transporte, trânsito e sistema viário;*
- V. *Elaborar projetos arquitetônico, paisagísticos e urbanísticos;*
- VI. *Expedir diretrizes do parcelamento do solo;*
- VII. *Elaborar projetos e programas de infra-estrutura urbana;*
- VIII. *Promover a integração das políticas setoriais do poder público municipal;*
- IX. *Elaborar e ou aprovar os relatórios circunstanciais previstos na Lei e os Relatórios de Impacto Meio Ambiente (RIMA)*
- X. *Aprovar projetos de edificações e loteamentos;*
- XI. *A formulação e a execução da política de planejamento social, físico e econômico;*
- XII. *Priorizar políticas urbanas ou rurais compatíveis com o plano de governo;*

- XIII. *Compatibilizar programas estaduais, federais e internacionais com os do município;*
- XIV. *Traduzir anseios da comunidade em programas de governo;*
- XV. *Formular o planejamento estratégico municipal;*
- XVI. *Elaborar, acompanhar e avaliar os planos municipais de desenvolvimento urbano e rural, em conjunto com as demais Secretarias;*
- XVII. *Conhecer o meio urbano e rural, sua situação e tendência;*
- XVIII. *Planejar, supervisionar e manter o controle de todos os equipamentos, programas e aplicativos de informática no âmbito do planejamento municipal;*
- XIX. *Expedir atas de autorização, permissão ou concessão de uso e parcelamento do solo observando parecer do Órgão do Meio Ambiente ou responsável pela área;*
- XX. *O fornecimento e controle da numeração predial, emplacamento dos logradouros públicos e manutenção do sistema cartográfico municipal;*
- XXI. *Exercer o controle orçamentário no âmbito do Órgão;*
- XXII. *Elaborar e implantar projetos e acompanhar sua execução em conjunto com os demais Departamentos, em especial com o Departamento de Desenvolvimento Econômico e Departamento de Viação, Obras e Serviços Públicos;*
- XXIII. *Consultar o Órgão de Finanças sobre a disponibilidade e o cronograma de desembolso para execução dos projetos;*
- XXIV. *Traçar as diretrizes da expansão urbana, meio ambiente, potencialidades do município e outras atividades correlatas.*
- XXV. *Coordenar as ações necessárias para o atendimento dos objetivos do sistema de planejamento;*
- XXVI. *Articular ações entre os órgãos municipais da administração direta e indireta integrantes do sistema de planejamento e gestão integrada e entre outros órgãos e entidades governamentais e não-governamentais garantindo eficácia e eficiência na gestão, visando à melhoria da qualidade de vida da população;*
- XXVII. *Articular entendimentos com municípios vizinhos, visando formular políticas, diretrizes e medidas comuns que abranjam a totalidade ou parte de seu território, baseadas na Lei do Plano Diretor, destinadas à superação de problemas setoriais ou regionais comuns, bem como firmar convênios ou consórcios com este objetivo, sem prejuízo de igual articulação com as demais esferas de governo;*
- XXVIII. *Implementar e gerenciar o sistema Único de informações;*
- XXIX. *Acompanhar o processo de elaboração e implementação de planos, programas e projetos previstos na Lei do Plano Diretor;*
- XXX. *Instituir mecanismos permanentes para implementação, revisão e atualização do Plano Diretor, articulando-o com o processo de elaboração e execução do orçamento municipal;*
- XXXI. *Propor a celebração de convênios ou consórcios para a viabilização de planos, programas e projetos para o desenvolvimento municipal;*
- XXXII. *Convocar reuniões intersetoriais para debates de assuntos referentes ao planejamento integrado e participativo;*
- XXXIII. *Convocar o conselho de desenvolvimento municipal sempre que necessário;*
- XXXIV. *Divulgar as manifestações do conselho de desenvolvimento municipal de forma democrática para toda a população do município de Quatro Pontes;*

- XXXV. *Assegurar a gestão democrática do município, garantir a ampliação e efetivação dos canais de participação da população no planejamento e implementação do Plano Diretor;*
- XXXVI. *Proceder à avaliação do sistema de planejamento e gestão integrada e implementar os ajustes necessários;*
- XXXVII. *Proceder ao monitoramento da implementação do Plano Diretor.*

SEÇÃO I

Conselho de Desenvolvimento Municipal

Artigo 14 – *Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Municipal, sendo um órgão colegiado de caráter permanente, deliberador e fiscalizador da Implementação do Plano Diretor e deliberativo no que diz respeito aos incisos VIII e X do Artigo 13 desta Lei, cuja normatização de funcionamento será regulada por regimento interno, obedecidos aos termos desta Lei.*

Artigo 15 – *O Conselho de Desenvolvimento Municipal, a contar desta data, tem as seguintes atribuições:*

- I. *Acompanhar a implementação e execução do Plano Diretor;*
- II. *Atuar na integração das diversas políticas públicas constituídas no município, como órgão consultivo;*
- III. *Zelar pela interpretação exata e correta aplicação do instrumento Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, em observação ao cumprimento do Plano Diretor;*
- IV. *Organizar a realização periódica da Conferência Municipal de Planejamento;*
- V. *Atuar como canal de discussões, sugestões, queixas e denúncias relativas às ações de implementação do Plano Diretor;*
- VI. *Interagir com os demais conselhos municipais, visando à integração no controle social das ações de planejamento e implementação do Plano Diretor no município;*
- VII. *Estimular a participação popular no controle da política municipal de implementação do Plano Diretor;*
- VIII. *Elaborar e aprovar o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal;*
- IX. *Zelar pela aplicação da legislação municipal relacionada à implementação do Plano Diretor;*
- X. *Propor e fiscalizar ações de regularização fundiária e urbanística;*
- XI. *Acompanhar e participar do processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretriz Orçamentária - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, visando à execução das prioridades de investimentos estabelecidos no Plano Diretor;*
- XII. *Estabelecer programa de formação continuada, visando a permanente qualificação dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal;*
- XIII. *Atender às convocações do órgão coordenador do Sistema de Planejamento.*

Artigo 16 - *O Conselho Municipal de Desenvolvimento do Plano Diretor será presidido pelo Engenheiro Civil, gerenciando a implantação e acompanhamento do Plano Diretor, estando sob sua responsabilidade as seguintes atribuições:*

- I. *Orientar as ações do governo municipal, no que se refere à execução das propriedades estabelecidas nesta Lei;*
- II. *Participar das discussões e análises dos orçamentos municipais de modo a garantir a implementação das diretrizes aqui preconizadas e a consecução das medidas elencadas pelo Plano Diretor;*
- III. *Emitir pareceres em casos especiais, duvidosos ou omissos na Lei do Plano Diretor, e quando à implantação das diretrizes das demais Leis que a compõe;*
- IV. *Realizar previsão periódica do Plano Diretor sempre que planos programas e projetos setoriais, empreendimentos de grande porte previstos, ou não, no plano, venham a causar impacto sobre o crescimento da população, e na ocupação do solo urbano, fornecendo pareceres visando orientar as necessárias correções;*
- V. *Manter informada a população sobre o andamento da implantação do plano, implementação das diretrizes e execução das prioridades.*

Artigo 17 - *A composição do Conselho será paritário, sendo 5 dos seus representantes entre aqueles que implantam o Plano e executam as medidas propostas, e 6 entre representantes da população, e 5 Representantes de classes ou associações através de suas entidades organizadas, totalizando 16 (dezesseis) membros:*

- I. *Um Representante do Departamento de Administração;*
- II. *Um Representante do Departamento de Finanças;*
- III. *Um Representante do Departamento de Viação, Obras e Serviços Públicos;*
- IV. *Um Representante de Órgão Setorial Estadual*
- V. *Um Representante de Órgão Setorial Federal;*
- VI. *Três Representantes de Associações de Bairros;*
- VII. *Três Representantes de Associações das Linhas Rurais*
- VIII. *Dois Representantes de Associações Profissionais;*
- IX. *Um Representante de Entidades de Assistência Social;*
- X. *Um Representante de ONG de esfera Ambiental local;*
- XI. *Um Representante das Comunidades Religiosas.*

Parágrafo Único: Com exceção do representante do órgão federal todos os Representantes do Conselho deverão residir no município.

Artigo 18 – *Todos os Representantes do Conselho de Desenvolvimento Municipal deverão possuir um suplente correlacionado a sua área de representatividade.*

Artigo 19 - A estrutura administrativa de apoio ao Conselho de Desenvolvimento Municipal será providenciada pela Administração Municipal.

Artigo 20 - O executivo municipal, no prazo de seis meses a partir da sanção desta Lei, regulamentará, através de decreto a composição e o funcionamento do conselho com o regimento próprio aprovado entre seus membros.

Artigo 21 - O Conselho Municipal, reunir-se-á ordinariamente no mínimo a cada 180 dias (seis meses) e extraordinariamente sempre que convocado pelo Prefeito Municipal ou por 2/3 de seus membros.

SEÇÃO II

Do Processo de Revisão e Atualização do Plano Diretor

Artigo 22 – Qualquer proposição de alteração ou revisão do Plano Diretor deverá ser formulada com a participação e deliberação direta do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Artigo 23 – O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Quatro Pontes, através do Conselho de Desenvolvimento municipal e do órgão de Planejamento responsável pela coordenação, deverá obrigatoriamente ser submetido à revisão e atualização a cada 5 (cinco) anos, ou em tempo menor, desde que verificada sua necessidade.

Parágrafo Único: A Administração Municipal possibilitará a participação popular e garantirá ampla divulgação a todo processo de revisão e atualização do Plano Diretor.

Artigo 24 - Os planos e Leis complementares do Plano Diretor serão elaborados ou revisados pelos órgãos municipais competentes nos prazos respectivamente estabelecidos nesta Lei, mediante acompanhamento do Coordenador do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Artigo 25 – A gestão urbana é um processo que tem como objetivo, nortear e monitorar de forma permanente e democrática o desenvolvimento de Quatro Pontes, em conformidade com as determinações do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, dos demais instrumentos de política urbana e do planejamento municipal.

Artigo 26 – *A gestão se dará em consonância com as prerrogativas da democracia representativa e participativa, envolvendo o poder executivo, legislativo e a sociedade civil organizada buscando construir, através de um processo de negociação e corresponsabilidade.*

Artigo 27 – *O poder público municipal exercerá no processo de gestão participativa o papel de:*

- I. Indutor, catalisador e mobilizador da ação cooperativa e integrada dos diversos agentes econômicos e sociais atuantes na cidade;*
- II. Articulador e coordenador, em assuntos de sua competência, da ação dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais;*
- III. Fomentador do desenvolvimento das atividades fundamentais da cidade;*
- IV. Incentivador da organização da sociedade civil, na perspectiva de ampliação dos canais de participação popular;*
- V. Coordenador do processo de formulação de planos, programas e projetos para o desenvolvimento urbano.*

CAPÍTULO II **DOS MECANISMOS DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO**

SEÇÃO I **Do Sistema Único de Informações**

Artigo 28 – *O Sistema Único de Informações deve atender aos princípios da publicidade, simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança.*

Artigo 29 - *O Sistema Único de Informações tem como objetivo:*

- I. A produção e sistematização de informações públicas, evitando a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;*
- II. A possibilidade de controle e monitoramento do uso e ocupação do solo municipal;*
- III. A integração de sistemas e mecanismos setoriais (viário e transporte, tributário, conservação ambiental, patrimônio e outros), garantindo o registro das informações produzidas, a atualização e facilidade de acesso;*
- IV. A divulgação das informações públicas;*
- V. A troca de informações através de convênios com órgãos de outras instâncias.*

Artigo 30 – O Sistema Único de Informações terá cadastro único municipal, multifinalitário, que reunirá informações de naturezas sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais, imobiliárias e outras de relevante interesse para o Município, inclusive sobre planos, programas e projetos, progressivamente georreferenciadas em meio digital.

Artigo 31 - O Sistema Único de Informações deverá possibilitar a formulação de indicadores de qualidade dos serviços públicos, da infra-estrutura instalada e dos demais temas pertinentes a serem anualmente monitorados.

Artigo 32 - Deverá ser assegurada à divulgação dos dados do sistema único de informações, garantido o seu acesso aos munícipes por todos os meios possíveis, incluindo:

- I. Fóruns de debate;
- II. Rádio comunitária, nas Linhas Rurais e na cidade de Quatro Pontes;
- III. Imprensa oficial;
- IV. Material impresso de divulgação, tais como cartilhas e folhetos;
- V. Página eletrônica da Prefeitura Municipal de Quatro Pontes;
- VI. Outros meios de comunicação.

Artigo 33 – Os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvem atividades no município deverão fornecer ao órgão coordenador do Sistema de Planejamento, no prazo que este fixar, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao Sistema Único de Informações.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto neste artigo, incluem-se também as pessoas jurídicas ou autorizadas de serviços públicos federais ou estaduais, mesmo quando submetidas ao regime de direito privado.

Artigo 34 – É assegurado, a qualquer interessado, o direito a informação sobre os conteúdos de documentos, informações, estudos, planos, programas, projetos, processos e atos administrativos e contratos, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Poder Público.

Artigo 35 – O Sistema Único de Informações deverá ser criado, estruturado e apresentado publicamente no prazo de 12 (doze) meses e implementado no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da publicação da lei do Plano Diretor.

SEÇÃO II

Da Avaliação do Sistema de Planejamento

Artigo 36 – *O Poder Executivo Municipal criará mecanismos de avaliação do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada, com o objetivo de dimensionar a necessidade de ajustes no mesmo.*

Artigo 37 – *A avaliação do sistema de planejamento deverá permitir quantificar e verificar a eficiência e eficácia da administração pública em todos os setores*

Artigo 38 – *Todas as unidades administrativas, de acordo com as diretrizes definidas nesta Lei, deverão executar avaliações setoriais que serão encaminhadas ao órgão Coordenador do Sistema de Planejamento.*

SEÇÃO III

Do Monitoramento da Implementação do Plano Diretor

Artigo 39 – *O Poder Executivo Municipal criará mecanismos de monitoramento da implementação do Plano Diretor, com o objetivo de dimensionar a necessidade de ajustes no mesmo.*

Artigo 40 – *Para monitorar a implementação do Plano Diretor, o Poder Executivo Municipal deverá promover a construção de indicadores de desempenho, baseando-se em parâmetros Nacionais, Estaduais e Regionais*

Artigo 41 - *O monitoramento do desenvolvimento municipal dar-se-á pelo acompanhamento permanente, com a revisão e adequação dos parâmetros da legislação municipal em vigor, visando à melhoria da qualidade de vida.*

Artigo 42 – *O monitoramento da implementação do Plano Diretor deverá ser apresentado e debatido nas Conferências Municipais de Planejamento no mínimo a cada 02 (dois) anos a contar da data de publicação desta Lei*

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL

Artigo 43 – De acordo com os princípios fundamentais da Constituição Federal e diretrizes do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal assegura a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática da política urbana, na perspectiva da formulação, implementação, gestão participativa, fiscalização e controle social, mediante os seguintes instrumentos:

- I. Debates, audiências e consultas públicas;
- II. Conferências;
- III. Conselhos;
- IV. Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV;
- V. Projetos e programas específicos;
- VI. Iniciativa popular de projetos de Lei;
- VII. Orçamento participativo;
- VIII. Assembléias de planejamento e gestão territorial.

Artigo 44 – Além dos instrumentos previstos nesta Lei, o Poder Público Municipal poderá estimular a criação de outros espaços de participação popular.

Artigo 45 - A participação de toda população na gestão municipal será assegurada pelo Poder Público Municipal.

Artigo 46 - A informação acerca da realização dos Debates, Conferências, Audiências Públicas e Assembléias de Planejamento e Gestão Territorial será garantida por meio de veiculação nas rádios locais, jornais locais e Internet, podendo ainda, ser utilizados outros meios de divulgação, desde que assegurados os constantes nesta Lei.

TÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, JURÍDICOS, URBANÍSTICOS, TRIBUTÁRIOS, FINANCEIROS, ADMINISTRATIVOS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Artigo 47 – A aplicação dos instrumentos indutores do desenvolvimento urbano pressupõe a estruturação física e administrativa do Poder Executivo Municipal para gerenciamento das operações previstas neste capítulo.

Artigo 48 – *Lei municipal específica regulamentará a aplicação dos instrumentos indutores do desenvolvimento urbano, nos termos desta Lei.*

Artigo 49 – *Terá alíquota diferenciada superior ao imóvel que não atenda aos coeficientes de aproveitamento mínimo estabelecidos nesta Lei, para cobrança do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana:*

- I. *Imóvel urbano subutilizado e não utilizado que não esteja enquadrado na majoração da alíquota de que trata o artigo 51, IPTU Progressivo no Tempo desta Lei;*
- II. *Imóvel urbano subutilizado e não utilizado que esteja em área urbana não apresentada nos Mapas a que se refere o caput do artigo 52 desta Lei.*

Parágrafo Único: A alíquota diferenciada de que trata este artigo será definida na Lei municipal que regulamenta as alíquotas do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

Artigo 50 – *Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento municipal, serão adotados, dentre outros, os seguintes instrumentos:*

- I. *Instrumentos de planejamento:*
 - a) *Plano Plurianual;*
 - b) *Lei de Diretrizes Orçamentárias;*
 - c) *Lei de Orçamento Anual;*
 - d) *Lei de Uso e Ocupação do Solo;*
 - e) *Lei de Parcelamento do Solo;*
 - f) *Lei dos Perímetros Urbanos;*
 - g) *Lei do Sistema Viário;*
 - h) *Política Municipal de Habitação;*
 - i) *Código de Obras e Edificações;*
 - j) *Código de Posturas;*
 - k) *Planos de desenvolvimento econômico e social;*
 - l) *Planos, programas e projetos setoriais;*
 - m) *Programas e projetos especiais de urbanização;*
 - n) *Instituição de unidades de conservação;*
 - o) *Zoneamento Ecológico-Econômico;*
 - p) *Sistema de Mobilidade Urbana.*
- II. *Instrumentos jurídicos e urbanísticos:*
 - a) *Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;*

- b) *IPTU Progressivo no Tempo;*
- c) *Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;*
- d) *Consórcio Imobiliário;*
- e) *Direito de Preempção;*
- f) *Outorga Onerosa do Direito de Construir e de alteração de uso;*
- g) *Operações Urbanas Consorciadas;*
- h) *Transferência do Direito de Construir;*
- i) *Direito de Superfície;*
- j) *Usucapião Especial de Imóvel Urbano;*
- k) *Zonas Especiais de Interesse Social;*
- l) *Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV);*
- m) *Estudo de Impacto Ambiental (EIA);*
- n) *Relatórios Circunstanciados*
- o) *Licenciamento Ambiental;*
- p) *Tombamento;*
- q) *Desapropriação;*
- r) *Compensação ambiental.*
- s) *Instituição de Unidades de Conservação.*

III. *Instrumentos de regularização fundiária:*

- a) *Zonas Especiais de Interesse Social;*
- b) *Concessão de direito real de uso;*
- c) *Concessão de uso especial para fins de moradia;*
- d) *Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos.*

IV. *Instrumentos tributários e financeiros:*

- a) *Tributos municipais diversos;*
- b) *Taxas e tarifas públicas específicas;*
- c) *Contribuição de Melhoria;*
- d) *Incentivos e benefícios fiscais;*
- e) *Doação de imóveis em pagamento da dívida.*

V. *Instrumentos jurídico-administrativos:*

- a) *Servidão Administrativa e limitações administrativas;*
- b) *Concessão, Permissão ou Autorização de uso de bens públicos municipais;*
- c) *Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;*
- d) *Contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;*
- e) *Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;*
- f) *Termo Administrativo de Ajustamento de Conduta.*

VI. Instrumentos de democratização da gestão urbana:

- a) Conselhos municipais;*
- b) Fundos municipais;*
- c) Gestão orçamentária participativa;*
- d) Audiências e consultas públicas;*
- e) Conferências municipais;*
- f) Iniciativa popular de projetos de lei;*
- g) Referendo Popular e Plebiscito.*

SEÇÃO I

Do Parcelamento, Edificação Ou Utilização Compulsórios.

Artigo 51 – *Será exigido do proprietário do imóvel urbano não edificado ou subutilizado que promova o seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente, de aplicação dos seguintes instrumentos:*

- I. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;*
- II. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo;*
- III. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.*

Artigo 52 – *Lei municipal específica estabelecerá regras para o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios e o IPTU progressivo no tempo, entre as quais:*

- I. Notificação do proprietário do imóvel não edificado, subutilizado ou não utilizado, observada a legislação federal aplicável;*
- II. Prazo e a forma para apresentação de defesa por parte do proprietário;*
- III. Suspensão do processo para análise de eventual solicitação de consórcio imobiliário;*
- IV. Órgão competente para, após apreciar a defesa, decidir pela aplicação do parcelamento, ocupação ou utilização compulsórios do imóvel;*
- V. Prazos para cumprimento do dever de parcelar, edificar ou utilizar o solo urbano, observando, no que couber, a legislação federal aplicável;*
- VI. Situações que representam o cumprimento do dever de parcelar, edificar ou utilizar o solo, inclusive para fazer cessar a aplicação do IPTU progressivo, quando for o caso;*
- VII. Majoração da alíquota do IPTU progressivo no tempo.*

Artigo 53 – *As obrigações de parcelamento, edificação ou utilização prevista serão transferidas em caso de transmissão do imóvel nos termos da legislação federal aplicável.*

Artigo 54 – *O Parcelamento Compulsório será aplicado em todas as áreas não parceladas dentro do perímetro urbano:*

- I. Quando todas as áreas parceladas encontrarem-se edificadas em 85% dos lotes;*
- II. Em todas as áreas especificadas no Mapa de Áreas Especiais para o Parcelamento;*
- III. Nas áreas indicadas no Mapa de Macrozoneamento para regularização fundiária;*
- IV. Nas áreas que necessitem se adequar às diretrizes do sistema viário.*

SEÇÃO II

Do IPTU Progressivo no Tempo

Artigo 55 – *Em caso do descumprimento das condições e dos prazos estabelecidos na Lei municipal específica, prevista no artigo 51 desta Lei, o Município procederá à aplicação do IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos, até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar conforme o caso.*

§ 1º A aplicação do IPTU progressivo no tempo poderá ser aplicada desde que verificado a existência da infra-estrutura básica.

§ 2º A progressividade das alíquotas será estabelecida em Lei municipal específica, observando os limites estabelecidos na legislação federal aplicável.

§ 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas ao IPTU progressivo no tempo.

Artigo 56 – *Esta lei será aplicada em todas as áreas localizadas dentro do perímetro urbano e escrituradas há mais de 5 anos quando subutilizadas ou não edificadas.*

SEÇÃO III

Da Desapropriação com Pagamento em Títulos

Artigo 57 - *Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá, de acordo com a conveniência e oportunidade, proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, de acordo com o que dispõe a legislação federal aplicável.*

Parágrafo Único: *Até efetivar-se a desapropriação, o IPTU progressivo continuará sendo lançado na alíquota máxima, o mesmo ocorrendo em caso de impossibilidade de utilização da desapropriação com pagamentos em títulos.*

SEÇÃO IV **Do Consórcio Imobiliário**

Artigo 58 – *Fica facultados aos proprietários de qualquer imóvel, inclusive os atingidos pela obrigação de que trata o artigo 51 desta Lei, propor ao Poder Executivo Municipal o estabelecimento de consórcio imobiliário.*

§ 1º *Entende-se consórcio imobiliário como a forma de viabilizar a urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Município seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.*

§ 2º *O valor das unidades imobiliárias a serem entregue ao ex-proprietário do terreno será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.*

§ 3º *Para ser estabelecido, o consórcio imobiliário deverá ser:*

- I. *Submetido à apreciação da população através da realização de pelo menos 1 (uma) audiência pública, quando se tratar de imóvel com área superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados);*
- II. *Objeto de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, quando se enquadrar nas hipóteses previstas na Lei municipal referida no artigo 86 e 87, desta Lei;*
- III. *Submetido à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Municipal.*

§ 4º *Será reservado percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) dos lotes, edificados ou não, para programas de habitação popular, quando o uso predominante do empreendimento for destinado a fins residenciais.*

SEÇÃO V **Do Direito de Preempção**

Artigo 59 – *O poder executivo municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares sempre que o município necessitar de áreas para:*

- I. *Regularização fundiária;*
- II. *Execução de programas e projetos de habitação popular;*
- III. *Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;*
- IV. *Resolução de conflitos viários;*
- V. *Ampliação ou implantação de áreas de lazer e proteção ambiental;*
- VI. *Conservação e tombamento de patrimônio histórico e cultural.*

Artigo 60 - *Sem prejuízo do disposto no artigo 59, Lei Municipal delimitará a área de incidência do direito de preempção.*

§ 1º A Lei Municipal prevista neste artigo imporá o direito de preempção pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e estabelecerá o procedimento administrativo aplicável para o exercício do direito de preempção, observada a legislação federal.

§ 2º A renovação da incidência do direito de preempção, em área anteriormente submetida à mesma restrição, somente será possível após o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

Artigo 61 - *O Poder Executivo Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada para o exercício do direito de preempção, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da vigência da Lei que estabelecer a preferência do Município diante da alienação onerosa.*

SEÇÃO VI

Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Artigo 62 - *O Poder Executivo Municipal poderá exercer a faculdade de outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário, conforme disposições dos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos definidos no Plano Diretor Municipal.*

Parágrafo Único: A concessão da Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso poderá ser negada pelo Poder Público Municipal caso se verifique possibilidade de impacto não suportável pela infra-estrutura ou o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Artigo 63 - *Entende-se como outorga onerosa do direito de construir a faculdade concedida ao proprietário de imóvel, para que este, mediante contrapartida ao Poder Público Municipal, possa construir acima do coeficiente de aproveitamento básico até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo permitido para a zona e dentro dos parâmetros determinados na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo.*

Artigo 64 - *A outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso só poderá ser utilizada no Perímetro Urbano da Sede Municipal, na Zona de Adensamento Urbano - ZAU.*

Parágrafo Único: Os coeficientes máximos de aproveitamento definidos para a Zona estão definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Artigo 65 – Quando da utilização da outorga onerosa, a expedição da licença de construção estará subordinada ao total pagamento dessa outorga, que deverá ocorrer no prazo máximo de até seis meses após a aprovação do projeto de construção.

Artigo 66 - Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso deverão ser aplicados prioritariamente em infra-estrutura, equipamentos públicos, na criação de habitações de interesse social, saneamento e recuperação ambientais.

Artigo 67 – O valor do metro quadrado de construção correspondente ao solo criado será definido em lei municipal específica, considerado o valor venal do terreno para efeito do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Artigo 68 – Os impactos decorrentes da utilização da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso deverão ser monitorados permanentemente pelo Executivo, que tornará públicos, semestralmente, os relatórios do monitoramento.

Artigo 69 - Lei Municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para a Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, determinando:

- I. A fórmula de cálculo da cobrança;
- II. Os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;
- III. A contrapartida do beneficiário;
- IV. Os procedimentos administrativos e taxas de serviços necessários.

Artigo 70 – Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir, deverão ser aplicados prioritariamente em infra-estrutura, equipamentos públicos, na criação de habitações de interesse social, saneamento e recuperação ambientais.

SEÇÃO VII

Das Operações Urbanas Consorciadas

Artigo 71 - Operação urbana consorciada é o conjunto de medidas coordenadas pelo Município com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas, melhorias sociais e valorização ambiental em uma determinada área urbana.

§ 1º Cada operação urbana consorciada será criada por Lei municipal específica, contemplando, no mínimo:

- I. Delimitação da área a ser atingida;*
- II. Finalidades da operação.*
- III. Programa básico de ocupação da área;*
- IV. Programa de atendimento econômico e social para população de baixa renda afetada pela operação, quando couber;*
- V. Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança;*
- VI. Forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.*

Artigo 72 – *As operações urbanas consorciadas terão pelo menos uma das seguintes finalidades:*

- I. Implementação de programas de habitação popular e de regularização fundiária;*
- II. Ampliação e melhoria da rede estrutural de circulação viária;*
- III. Ampliação e melhoria da infra-estrutura pública;*
- IV. Revitalização de áreas urbanas;*
- V. Valorização, recuperação e preservação do patrimônio ambiental e histórico-cultural;*
- VI. Recuperação e preservação do patrimônio público.*

Artigo 73 – *Poderá ser aplicado o instrumento de operações urbanas consorciadas nas áreas urbanas do município.*

SEÇÃO VIII

Da Transferência do Direito de Construir

Artigo 74 – *O Poder Executivo Municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar mediante escritura pública, o direito de construir, previsto na legislação urbanística municipal, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de proteção, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural.*

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que transferir ao Município a propriedade de seu imóvel, ou de parte dele, para os fins previstos nos incisos deste artigo.

§ 2º A transferência do direito de construir poderá ser instituída por ocasião do parcelamento do solo para fins urbanos nas seguintes situações:

- I. *Quando forem necessárias áreas públicas em quantidade superior às exigidas pela Lei de parcelamento do solo urbano;*
- II. *Quando forem necessárias áreas para implementação de programas de habitação popular.*
- III. *Que contenha parcela de área verde a ser preservada;*
- IV. *Situado parcial ou totalmente em área de preservação permanente, de acordo com o Código Florestal Brasileiro, Lei Federal n ° 4771 de 1965;*
- V. *Exercendo função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão municipal competente;*
- VI. *Servindo a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;*
- VII. *Para fins de implantação de equipamentos urbanos e comunitários;*
- VIII. *Tombado;*
- IX. *De interesse do patrimônio.*

Artigo 75 – *Na transferência do direito de construir deverão ser observadas as seguintes condições:*

- I. *Imóveis receptores de o potencial construtivo ser providos por infra-estrutura básica;*
- II. *Não caracterizar concentração de área construída acima da capacidade da infraestrutura local, inclusive no sistema viário, e impactos negativos no meio ambiente e na qualidade de vida da população local;*
- III. *Ser observada a legislação de uso e ocupação do solo;*
- IV. *Quando o acréscimo de potencial construtivo representar área superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) deverá ser elaborado Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança para aplicação de transferência do direito de construir.*

Artigo 76 - *Visando à recuperação de áreas de preservação permanente, imóveis situados na Zona de Proteção poderão transferir potencial construtivo para áreas receptoras conforme estabelecido nesta Lei, quando tiver área edificada regularizada.*

§ 1º *O potencial construtivo a ser transferido, em metros quadrados, será igual a área edificada;*

§ 2º *Áreas com ocupações irregulares não são objeto deste artigo;*

§ 3º *Em nenhuma hipótese o potencial construtivo estabelecido no caput deste artigo poderá ser aplicado na própria.*

Artigo 77 - *A aplicação do potencial construtivo no imóvel receptor será equivalente, em metros quadrados, ao potencial construtivo do imóvel cedente.*

Artigo 78 - *Quando da aplicação da transferência do direito de construir, o Município expedirá certificado, informando:*

- I. *Área remanescente do potencial construtivo do terreno que deixará de ser exercido no local, em caso de não haver a transferência de propriedade nos termos do parágrafo § 1º do artigo 74 desta Lei;*
- II. *Área total do potencial construtivo do terreno, em caso de haver a transferência de propriedade nos termos do parágrafo § 1º do artigo 74 desta Lei;*

Parágrafo Único: O cálculo da área do potencial construtivo será feito utilizando-se apenas o coeficiente de aproveitamento básico do terreno estabelecido desta Lei.

Artigo 79 - *O Município deverá manter registro, integrado ao Sistema Único de Informações, das transferências do direito de construir ocorrida, do qual constem os imóveis cedentes e receptores, bem como os respectivos potenciais construtivos transferidos e recebidos.*

Parágrafo Único: A alienação do potencial construtivo entre particulares será possível desde que originária de um dos casos previstos no artigo 74 desta Lei e dependerá de notificação prévia, perante a Prefeitura, sob pena de não ser reconhecida para fins urbanísticos.

Artigo 80 - *Consumada a transferência do direito de construir, fica o potencial construtivo transferido vinculado ao imóvel receptor, vedada nova transferência.*

SEÇÃO IX

Do Direito de Superfície

Artigo 81 – *Lei Municipal disciplinará a utilização do direito de superfície em áreas públicas municipais, atendidos os seguintes critérios:*

- I. *Concessão por tempo determinado;*
- II. *Concessão onerosa;*
- III. *Concessão para fins de:*
 - a) *Viabilizar a implantação de infra-estrutura;*
 - b) *Facilitar a implantação de projetos de habitação popular e de proteção em áreas fragilidade ambiental;*
 - c) *Viabilizar ou facilitar a implantação de serviços e equipamentos públicos;*
 - d) *Viabilizar a implementação de programas previstos nesta Lei.*

Artigo 82 - *É vedada a aplicação deste instrumento em áreas de utilidade pública.*

Artigo 83 - Os recursos auferidos com a adoção do direito de superfície, de que trata o artigo 81 desta Lei, deverão ser aplicados prioritariamente em infra-estrutura, equipamentos públicos, na criação de habitações de interesse social, saneamento e recuperação ambientais.

SEÇÃO X

Do Usucapião Especial de Imóvel Urbano

Artigo 84 - O Município viabilizará assistência técnica gratuita para as comunidades e grupos sociais carentes com direito a usucapião especial individual ou coletiva de imóvel urbano e a concessão de uso especial para fins de moradia, visando agilizar os processos de regularização fundiária, de acordo com a legislação federal aplicável.

Artigo 85 – O Município assegurará o exercício do direito de usucapião especial, individual ou coletivamente, em local diferente daquele que gerou esse direito, nas hipóteses da moradia estar localizada em área cuja condição não possa ser equacionada e resolvida por obras e outras intervenções.

SEÇÃO XI

Do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança

Artigo 86 – A instalação de obra ou atividade, potencialmente geradora de grandes modificações no espaço urbano e meio ambiente, dependerá da aprovação da Comissão Municipal de Urbanismo, que deverá exigir um Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV.

§ 1º O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, deve conter todas as possíveis implicações do projeto para a estrutura ambiental e urbana, em torno do empreendimento.

§ 2º De posse do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, o Poder Público, se reservará o direito de avaliar o mesmo, além do projeto, e estabelecer quaisquer exigências que se façam necessárias para minorar, compensar ou mesmo eliminar os impactos negativos do projeto sobre o espaço da Cidade, ficando o empreendedor responsável pelos ônus daí decorrentes.

§ 3º Antes da concessão de alvará para atividades de grande porte o interessado deverá publicar no periódico local de maior circulação um resumo do projeto pretendido, indicando a atividade principal e sua localização. A Prefeitura fixará o mesmo resumo em edital.

Artigo 87 - *Considera-se obra ou atividade potencialmente geradora de modificações urbanas, dentre outras:*

- I. *Edificações residenciais com área computável superior a 40.000 m² (quarenta mil metros quadrados);*
- II. *Edificações destinadas a outro uso, com área da projeção da edificação superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);*
- III. *Conjuntos de habitações populares com número de unidades maior ou igual a 200 (duzentos);*
- IV. *Parcelamentos do solo com área superior a 100.000 m² (cem mil metros quadrados);*
- V. *Cemitérios e crematórios;*
- VI. *Exploração mineral.*

Artigo 88 – *A exigibilidade, as formas, os prazos, os elementos e demais requisitos que deverão estar contidos no Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, para cada instalação ou atividade, ou grupo de instalações ou atividades, serão estabelecidos em lei específica.*

Artigo 89 - *O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV deverá considerar o sistema de transportes, meio ambiente, infra-estrutura básica, estrutura sócio-econômica e os padrões funcionais e urbanísticos de vizinhança. Contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, dentre outros, das seguintes questões:*

- I. *Adensamento populacional;*
- II. *Equipamentos urbanos e comunitários;*
- III. *Uso e ocupação do solo;*
- IV. *Valorização imobiliária;*
- V. *Geração de tráfego e demanda por transporte público;*
- VI. *Ventilação e iluminação;*
- VII. *Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;*
- VIII. *Definição das medidas mitigadoras, compensatórias dos impactos negativos, bem como daquelas potencializadoras dos impactos positivos;*
- IX. *A potencialidade de concentração de atividades similares na área;*
- X. *O seu potencial indutor de desenvolvimento e o seu caráter estruturante no Município.*

Artigo 90 - *Os órgãos competentes da Prefeitura poderão definir outros tipos de estudos, caso a situação assim o exigir.*

Artigo 91 - O Poder Executivo, baseado no Estudo Prévio de Impacto de Vizinhaça - EIV, poderá negar autorização para realização do empreendimento ou exigir do empreendedor, às suas expensas, as medidas atenuadoras e compensatórias relativas aos impactos previsíveis decorrentes da implantação da atividade.

Artigo 92 – O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá solicitar como condição para aprovação do projeto alterações e complementações no mesmo, bem como a execução de melhorias na infra-estrutura urbana e de equipamentos comunitários, tais como:

- a) Ampliação das redes de infra-estrutura urbana;
- b) Área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;
- c) Ampliação e adequação do sistema viário, transportes e trânsito;
- d) Proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade.

Artigo 93 - A elaboração do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhaça - EIV não substitui o licenciamento ambiental e o Estudo de Impacto Ambiental requeridos nos termos da legislação ambiental.

Artigo 94 - Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhaça - EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

Artigo 95 – O órgão público responsável pelo exame do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhaça – EIV deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, sempre que sugerida, na forma da lei, pelos moradores da área afetada ou suas associações.

SEÇÃO XII

Relatórios Circunstanciados

Artigo 96 – Ficam instituídos os relatórios circunstanciados para obras municipais, para a ampliação do perímetro e para a Lei de Zoneamento.

Artigo 97 – O relatório circunstanciando para obras municipais deverá ser elaborado em casos de edificações de equipamentos urbanos e a construção de conjuntos habitacionais.

§ 1º - O relatório circunstanciado será elaborado pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal devidamente assinado.

§ 2º - O relatório será submetido à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Municipal para fins de análise e parecer.

Artigo 98 – *O relatório deverá conter no mínimo informações, análises e conclusões sobre:*

- I. Descrição detalhada do projeto, contemplando:*
 - a) área construída projetada*
 - b) capacidades*
 - c) atividades previstas*
- II. Área de abrangência do equipamento projetado;*
- III. População atendida;*
- IV. Demanda existente na área de abrangência do empreendimento;*
- V. Inserção do empreendimento no contexto da política global do setor;*
- VI. Adequação do terreno;*
- VII. Adequação do sistema viário e infra-estrutura básica;*
- VIII. Facilidade de acesso por meio de transportes;*
- IX. Previsão de custos de construção, operação e manutenção;*
- X. Origem dos recursos;*
- XI. Custos e benefícios;*
- XII. Vantagens e desvantagens, imediatas e longo prazo.*

Artigo 99 – *O relatório circunstanciado para a ampliação do perímetro urbano aplica-se obrigatoriamente nas proposições de ampliação de perímetro urbano.*

Parágrafo Único: – *O relatório circunstanciado para a ampliação do perímetro urbano deverá ser elaborado pelo Setor de Engenharia e assinado por profissional devidamente habilitado pelo CREA nas áreas de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo.*

Artigo 100 – *O relatório circunstanciado para a ampliação do perímetro urbano, deverá conter no mínimo as informações, análises e conclusões sobre:*

- I. Localização da área a ser incorporada no perímetro urbano e suas dimensões;*
- II. Descrição das finalidades de ampliação do perímetro urbano;*
- III. Descrição das características física – natural da área a ser incorporada ao perímetro urbano dentre outros:*
 - a) relevo;*
 - b) fontes, minas, córregos;*
 - c) tipo de cobertura vegetal;*
 - d) aspectos geológicos.*

- IV. *Descrição do aproveitamento atual da área;*
- V. *Adequação da área a ser incorporada ao perímetro urbano às finalidades previstas;*
- VI. *Viabilidades relacionadas à implantação de infra-estrutura básica, aos equipamentos urbanos e aos serviços públicos;*
- VII. *Viabilidades relacionadas as continuidades das vias oficiais;*
- VIII. *Contribuição para a configuração de vazios urbanos entre a área em questão e a malha urbanizada da cidade conforme o mapa das diretrizes do sistema viário;*
- IX. *Adensamento populacional previsto na área em questão;*
- X. *Facilidade de acesso por meio de transportes;*
- XI. *Quantidades de área e lotes vazios, disponíveis para uso e ocupação por atividades urbanas existentes no perímetro urbano atual;*
- XII. *Implicações de necessidades de investimentos públicos e seus custos de manutenção pelo poder público;*
- XIII. *Descrição das vantagens e desvantagens – diretas e indiretas; imediatas, a médio e longo prazo, ponto de vista:*
 - a) *urbanístico;*
 - b) *econômico;*
 - c) *social;*
 - d) *ambiental.*

TITULO IV **POLÍTICAS SETORIAIS**

CAPITULO I **DIRETRIZES ADMINISTRATIVAS E INSTITUCIONAIS**

Artigo 101 - *São princípios e diretrizes básicas para ações e políticas na área administrativa e institucional além das demais previstas nesta Lei e seus respectivos anexos :*

- I. *Adequação da estrutura administrativa da prefeitura municipal a consecução das diretrizes previstas nesta Lei e seus respectivos anexos;*
- II. *Implementar a participação comunitária na gestão da cidade e em especial elaboração do orçamento anual*
- III. *Dar condições adequadas de funcionamento ao Conselho de Desenvolvimento Municipal;*
- IV. *Aprimorar o exercício de poder de polícia em especial nos aspectos, referentes ao uso e ocupação do solo e a depredação do meio ambiente;*
- V. *Promover a atualização do Cadastro Técnico Imobiliário de forma torná-lo multifinalitário; da Planta Genérica de Valores, do Código Tributário e Implantação do Sistema Único de Informações;*
- VI. *Utilizar os tributos municipais com finalidades de estímulo ou desestímulo ao uso e ocupação do espaço urbano;*
- VII. *Criação de órgão de planejamento para o gerenciamento do Plano Diretor;*

VIII. Criação de 4 (quatro) Setores de fiscalização distintos com profissionais habilitados para cada área específica dando autonomia para este corpo técnico fazer a Lei ser cumprida:

- a) ambiental
- b) alvarás
- c) obras
- d) tributário

IX. Aumentar progressivamente as Receitas Próprias do Município através da arrecadação de impostos;

X. Atualização de valores de taxas e impostos de serviços prestados pela administração pública do município;

XI. Implementar a autosustentabilidade nos investimentos e subsídios dos recursos municipais para a população de forma não liberar nenhum recurso sem que haja a contrapartida estabelecida no Manual de Boas Práticas para cada Departamento;

XII. Promover a participação popular através do conselho municipal de desenvolvimento formado pelo conselho do Plano Diretor, e outros meios de comunicação para a participação no orçamento público;

Artigo 102 – As diretrizes que trata o Artigo 101, Inciso V e IX será implementado pela Administração Municipal 180 dias após a publicação desta lei

CAPITULO II

DIRETRIZES DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Artigo 103 – São princípios e diretrizes básicas para ações políticas e uso e ocupação e parcelamento do solo urbano, além das demais previstas nesta Lei e seus respectivos anexos, as quais nortearam as ações para o desenvolvimento físico e urbanístico das zonas urbanas no Município de Quatro Pontes:

- I. Proibir a ocupação nas áreas de solos hidromórficos e de fundos de vale, de acordo com a “Geologia de Planejamento”;
- II. Promover regularização fundiária dos lotes ocupados, nas áreas de expansão urbana;
- III. Suprir a demanda por habitações com atendimento prioritário à família carente, estabelecendo programas habitacionais pelo sistema de mutirão e autoconstrução, oferecendo lotes urbanizados, estimulando e incentivando a formação de cooperativas populares;
- IV. Incentivar e desenvolver as tendências do uso comercial e de serviços, ao longo das ruas e Avenidas que estruturam o sistema viário principal; tais como a Avenida Presidente Epitácio e Rua São Borja, de acordo com o zoneamento proposto;

- V. *Incentivar a localização das micros e pequenas indústrias leves, não poluidoras, desenvolvendo assim a tendência natural de ocupação, nas zonas com usos permissíveis e no Parque Industrial a ser criado conforme Lei de Zoneamento deste Plano, dotando-se da infra-estrutura necessária;*
- VI. *Transferir e adequar às indústrias existentes em consonância com o zoneamento proposto na área urbana e na área rural de forma a mitigar e coibir a poluição;*
 - a) *a Lei de uso e ocupação do solo urbano especificará e fixará os requisitos urbanísticos, de acordo com as características específicas locais em termos do uso e ocupação do solo;*
- VII. *Ampliar a oferta de recreação, esporte e lazer, através da implantação de parques públicos, incorporando as áreas sujeitas e alagamentos (solo hidromórficos e fundo de vale) com vistas à preservação ambiental e dotando cada bairro da cidade com uma área com equipamentos necessários;*
- VIII. *Desenvolvimento do Plano de Ocupação de áreas justapostas às áreas consolidadas dentro da zona de expansão;*
- IX. *Desenvolvimento do Plano de Ocupação das Áreas pertencentes ao Município, priorizando a habitação popular;*
- X. *Implantação dos mecanismos legais existentes no Estatuto da Cidade a fim de coibir a especulação imobiliária;*
- XI. *Elaboração da Lei específica para as ruas, estradas e Pr para as sedes e linhas rurais (Lei zoneamento, sistema viário, meio ambiente e uso do solo);*
- XII. *Ordenamento do uso urbano (indústria e serviços) por meio de Lei específica para uso industrial a ser implantada conforme mapa das diretrizes do sistema viário;*
- XIII. *Fomento de parcerias intermunicipais visando à urbanização dos corredores das rodovias de acesso ao município;*
- XIV. *Levantamento dos aspectos geomorfológico do solo do município de forma validar o macrozoneamento e o Zoneamento;*
- XV. *Campanhas de conscientização para a população sobre os padrões legais do Plano Diretor;*

CAPITULO III

DIRETRIZES DO MEIO AMBIENTE

Artigo 104 – *São princípios e diretrizes para ações e políticas na área do meio ambiente de acordo com a Lei Orgânica, além das demais previstas nesta Lei e seus respectivos anexos:*

- I. *Incentivar e apoiar tecnicamente a criação dos grupos de defesa ambiental no município;*
- II. *Atribuir ao Órgão específico conforme organização administrativa as funções de coordenação e articulação de Política Ambiental do Município;*

- III. *Promover a fiscalização dos recursos ambientais em associação com órgãos estaduais e federais competentes;*
- IV. *Exigir o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, as grandes obras comprovado impacto ambiental a serem executados no Município, o “Licenciamento Ambiental” a todas as atividades que tenham potencial poluidor a serem instalados no Município, nos termos da legislação federal, estadual e municipal;*
- V. *Promover a proteção através de reflorestamento e reposição das matas ciliares em todas as nascentes e margens dos córregos e nas áreas de solos hidromórficos, potenciais áreas de captação dos lençóis subterrâneos nas zonas urbanas e rurais;*
- VI. *Promover a urbanização dos fundos de vale, áreas urbanas, implementar programas de preservação e expansão florestal, tanto no meio rural como urbano;*
- VII. *Definir conjuntamente com o Departamento de Viação, Obras e Serviços Públicos, Departamento de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Finanças e Departamento de Educação, Cultura e Esportes, estratégias para solucionar a questão do lixo promovendo:*
 - a) *reestruturação do roteiro de coleta de lixo e cronograma de atendimento de acordo com a demanda ampliando o equipamento necessário;*
 - b) *implantar sistema diferenciado para coleta e tratamento do lixo hospitalar através de coleta diferenciada e deposição em aterro sanitário específico;*
 - c) *implantar gradativamente o processo educativo da população através da rede de ensino municipal; a coleta de lixo seletivo reciclável;*
 - d) *adaptar as normas de saneamento para a coleta e disposição final dos resíduos sólidos;*
 - e) *promover a reciclagem de entulhos proveniente da construção civil;*
 - f) *estabelecer critérios de segurança mínimo através de equipamentos adequados para a coleta e transporte dos resíduos sólidos;*
 - g) *atualização progressiva do valor da taxa do serviço prestado;*
 - h) *implantação do sistema de compostagem e criação de viveiro municipal.*
- VIII. *Criação de animais (bovinos, suínos, eqüinos, aves e outros), será permissível na zona rural, devendo-se promover as seguintes medidas:*
 - a) *implantar e incentivar a produção de energias alternativas com ênfase ao biogás, na obtenção de energia a partir de subprodutos da agropecuária;*
 - b) *fertilidade do Solo;*
 - c) *incentivar no tratamento dos resíduos com produtos a fim de eliminar o odor, nos dejetos de aves e suínos.*
- IX. *Implementação do sistema de esgoto através de lagoas de estabilização;*
- X. *Promover a administração dos recursos naturais assegurando a proteção ao meio ambiente;*
- XI. *Recuperação e preservação do solo através da implantação do manejo integrado de solos e águas;*

- XII. *Racionalizar o uso de agrotóxicos através da conscientização dos agricultores, fiscalização, armazenamento e reciclagem de embalagens.*
- XIII. *Proibir terminantemente o uso de agrotóxicos nas áreas urbanas.*
- XIV. *Elaboração e implantação de planos e projetos para interligação da área urbana e da área rural criando corredores de biodiversidade ao longo das principais estradas rurais*
- XV. *Incorporação de áreas verdes particulares ao sistema público, sendo facultado ao município como forma de implantar os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;*
- XVI. *Implantar programas e projetos em parcerias com as concessionárias de serviços públicos visando à preservação e manutenção, e recuperação dos recursos hídricos tais com o projeto cultivando água boa da Itaipu binacional;*
- XVII. *Mapeamento dos potenciais mineralógicos e vegetais para exploração sustentável das reservas naturais;*
- XVIII. *Preservar os recursos hídricos;*
- XIX. *Elaborar e implementar num prazo de 180 dias após a publicação desta lei o Manual de Boas Práticas a ser elaborado pelo órgão de política ambiental e planejamento para auto sustentabilidade do meio ambiente.*
- XX. *Readequação das Pocilgas num prazo, no mínimo de 3(três) anos, após aprovado o Plano Diretor;*
- XXI. *Para obter a anuência da Construção de Pocilgas, aviários ou similares deverão ser anuídos das seguintes órgãos competentes:*
 - a) *Desenvolvimento Econômico ou Agropecuário;*
 - b) *Conselho do Plano Diretor;*
 - c) *Vigilância Sanitária;*
 - d) *Órgãos Estaduais e federais quando necessários.*
- XXII. *Desenvolver sistemática de proteção ambiental consorciada;*
- XXIII. *Promover educação ambiental e cultural de forma a interagir com os demais setores da sociedade civil organizada.*

CAPITULO IV ***DIRETRIZES PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E*** ***TURÍSTICO;***

Artigo 105 - A política de promoção do desenvolvimento Turístico, Social e Econômico de Quatro Pontes será articulada à proteção do meio ambiente, a redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população.

Artigo 106 - Toda liberação de subsidio estará vinculada aos parâmetros estabelecidos no manual de boas praticas a ser elaborado pelo Departamento de Desenvolvimento Econômico em conjunto com o Departamento de Administração.

Artigo 107 - O Manual de Boas Práticas deverá estabelecer critérios e parâmetros para liberação de recursos públicos e subsídios a fim de fomentar um desenvolvimento auto-sustentável.

Artigo 108 – São princípios e diretrizes básicas para ações políticas na área do desenvolvimento econômico e social do Município, bem como a definição e a alocação dos investimentos públicos nas diversas áreas, deverão priorizar no sentido de:

- I. Apoiar a diversificação da produção agrícola associando-se à criação de pequenas agroindústrias de beneficiamento e transformação através de:
 - a) organização funcional dos órgãos de Agricultura, Meio Ambiente, de Indústria e Comércio estruturando quadro técnico habilitado e assessoria, munindo-se de meios e formas;
 - b) auxílio em curto prazo para a organização de feiras livres para apoiar a comercialização de todo tipo de produtos locais e em longo prazo a formação de cooperativismo de pequenos produtores e outras formas de associativismos;
 - c) desenvolver ações e projetos junto às esferas do governo de modo a efetivar a assistência técnica, crédito especializado ou subsidiado, estímulos fiscais e financeiros através da implantação de programas estaduais e outros, além de serviços de suporte informativo de mercado;
 - d) tratamento jurídico diferenciado aos pequenos produtores simplificando as obrigações administrativas, tributárias e creditícias.
- II. Promover a geração de empregos, objetivando a mão-de-obra existente:
 - a) os portadores de deficiências físicas e limitações sensoriais, assim como pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município;
- III. Racionalizar a utilização de recursos naturais;
- IV. Proteger o meio ambiente;
- V. Incentivar no que for de competência municipal, o aproveitamento das matérias primas e outras potencialidades locais através de:
 - a) oferecer condições de trabalho e de mercado garantindo a comercialização dos produtos das micro-indústrias e artesanais, com a implantação de projetos governamentais.
 - b) qualificação de mão-de-obra através de iniciativa do ensino profissionalizante ligado às empresas locais;
- VI. Incentivar a produção e a comercialização de produtos hortifrutigranjeiro no município, para o abastecimento interno através de:

- a) *implantação de programas comunitários de horta nas escolas para a merenda escolar;*
 - b) *dar prioridade dos gêneros locais;*
 - c) *garantir a distribuição, o abastecimento e a comercialização de feiras volantes.*
-
- VII. Incentivar o desenvolvimento da produção pecuária bovina de leite e de corte e a pecuária de pequenos animais e aves;*
 - VIII. Fortalecer a agroindústria, ampliando o valor agregado da produção primária;*
 - IX. Estimular o fortalecimento das cadeias produtivas do município e da região;*
 - X. Fortalecer a produção agropecuária do município e diminuir a dependência no abastecimento;*
 - XI. Apresentar alternativas ao pequeno produtor de como explorar suas terras de forma racional, ambientalmente correta e lucrativa;*
 - XII. Promover a gestão ambiental, através da conservação dos solos, gestão por microbacias hidrográficas, proteção de matas ciliares e criação de unidades de conservação;*
 - XIII. Promover o aumento das linhas de financiamento e crédito à atividade agrícola;*
 - XIV. Elaborar o zoneamento ecológico-econômico;*
 - XV. Atrair novos setores produtivos para o município, em consonância com a política de desenvolvimento regional;*
 - XVI. Fortalecer a política de incentivo à implantação de novas indústrias;*
 - XVII. Incentivar o empreendedorismo, a partir da identificação de vazios econômicos no município, através de ferramentas de geografia de mercado;*
 - XVIII. Consolidar o setor industrial do município como espaço físico, disciplinando a ocupação e a expansão deste;*
 - XIX. Fortalecer as atividades comerciais do município através da estruturação e consolidação do centro urbano tradicional;*
 - XX. Incentivar o ensino e a pesquisa, promovendo planos conjuntos com instituições de ensino superior.*

Artigo 109 - *Cabe ao Poder Executivo promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social do Município visando os seguintes objetivos:*

- I. Ampliar gradativamente e quantitativamente os fluxos de visitantes para o Município de Quatro Pontes;*
- II. Aumentar a taxa de permanência média de turistas na cidade como forma de ampliar consumo por turistas, independentemente da renovação dos fluxos turísticos.*

Artigo 110 – *Para a promoção do turismo no município, devem ser observadas as seguintes diretrizes:*

- I. *Otimizar o aproveitamento econômico do potencial turístico do município, como fonte de empregos e geração de renda;*
- II. *Estimular o turismo rural-ecológico em propriedades rurais;*
- III. *Criar um roteiro turístico diversidades de referência no município;*
- IV. *Estimular a construção de equipamentos de hospedagem na sede urbana, fomentando o desenvolvimento do turismo;*
- V. *Fortalecer as atividades gastronômicas, culturais e tradicionais no município;*
- VI. *Estabelecer o calendário de festas tradicionais;*
- VII. *Consolidar em conjunto com a Microrregião o Turismo ecológico;*
- VIII. *Reposição de matas ciliares e criação de um parque ecológico;*
- IX. *Poder publico como facilitador na elaboração de Projetos Turísticos;*
- X. *Palestras de sensibilização, junto aos comerciantes locais, entidades, grupos organizados, sobre a importância turística para o desenvolvimento do Município;*

CAPITULO V

DIRETRIZES PARA INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL

Artigo 111 – *São princípios e diretrizes básicas para ações e políticas de infra-estrutura urbana e rural, além das demais previstas nesta Lei e seus respectivos anexos:*

- I. *Pavimentar e adequar às normas do sistema viário às estradas rurais do Município;*
- II. *Pavimentar e fazer a manutenção nas vias em especial as:*
 - a) *circulação do transporte coletivo e cargas pesadas;*
 - b) *acesso a escolas, creches, postos de saúde e hospitais;*
 - c) *interligação de bairros;*
 - d) *acessos rurais principais*
 - e) *perimetral de desvio para as cargas pesadas;*
 - f) *dos loteamentos onde as quadras possuem lotes sem terminação de ruas conforme a especificação do mapa de diretrizes para o sistema viário.*
- III. *Implantar programas com a participação comunitária na execução de passeios públicos;*
- IV. *Iluminação dos trevos e acessos rodoviários;*
- V. *Adequar os tipos de iluminação às características do sistema viário;*
- VI. *Exigir RIMA para construção de subestações rebaixadoras de energia;*
- VII. *Implantar o sistema de coleta e tratamento adequado do esgoto,*
- VIII. *Implantar programas de fossas sépticas em áreas residenciais onde não houver esgoto sanitário;*
- IX. *Desenvolver planos e programas de drenagem na área urbana e rural com vista a evitar ocorrências de processos erosivos.*

- X. *Munir de Infra-estrutura básica e revitalizar o cemitério municipal*
- XI. *Substituição para o sistema trifásico de energia elétrica*
- XII. *Munir de infra-estrutura a área destinada a ZII – Zona de Incentivo Industrial*
- XIII. *Adaptação às normas da ABNT para acessibilidade de deficiente físico todos espaços públicos do município.*
- XIV. *Elaborar e implantar manual de boas práticas para a liberação de subsídios e prestação de serviços por parte do poder publico.*

CAPITULO VI

DIRETRIZES PARA SISTEMA VIÁRIO, TRÂNSITO E TRANSPORTES COLETIVOS.

Artigo 112 - *São princípios e diretrizes básicas para ações políticas do sistema viário, trânsito e transportes coletivos.*

- I. *Expedir diretrizes de parcelamento do solo observando as diretrizes viárias no mapa proposto de sistema viário;*
- II. *Implantar Avenidas marginais, ciclovias e pistas para praticas esportiva nos fundos de vale, na zona sub-urbana, afim de que se obtenha a preservação das matas ciliares e implementação de atrativo turístico;*
- III. *Estabelecer e implantar a hierarquia de tráfego adequada às características das vias, classificando-as em vias principais, vias coletoras e vias locais;*
- IV. *Promover campanhas educativas sobre o trânsito;*
- V. *Sinalizar adequadamente as vias urbanas observando rigorosamente as normas do conselho nacional de trânsito, em consonância com o sistema viário proposto;*
- VI. *Priorizar os eixos de transportes, coletivos para fins de sinalização;*
- VII. *Priorizar o transporte coletivo sobre o individual, condição que se estende às vias, a manutenção das pistas e a sinalização; ciclovias, anel viário perimetral.*
- VIII. *Adequar o município em especial o sistema viário para acessibilidade de deficientes através de obras e medidas específicas na ABNT e Leis superiores;*
- IX. *Consolidar o plano de hierarquização de vias cumprindo o disposto no Plano Viário;*
- X. *Disciplinar o tráfego de cargas, promovendo medidas de segurança necessárias ao tráfego de ciclistas e pedestres nas ruas de tráfego pesado já consolidadas, implementando a sinalização pertinente, definindo a rota de ônibus e caminhões;*
- XI. *Realizar campanhas de conscientização das normas de trafego;*

CAPITULO VII

DIRETRIZES PARA HABITAÇÃO SOCIAL

Artigo 113 – *São princípios e diretrizes básicas para ações políticas na área de habitação*

social em consonância com a Lei Orgânica do Município, além das demais previstas nesta Lei e seus respectivos anexos:

- I. Formar um estoque de terras, com a finalidade de implantar programas habitacionais e outras atividades comunitárias, através da ampliação dos instrumentos jurídicos disponíveis;*
- II. Fomentar programas municipais de habitação priorizando o sistema de autoconstrução e lotes urbanizados;*
- III. Desenvolver programa de assistência técnica para autoconstrução de casas populares objetivando:*

- a) treinamento de mão-de-obra;*
- b) divulgação de técnicas alternativas para construção de baixo custo;*
- c) agilização do processo administrativo de aprovação e concessão de licença.*

Parágrafo Único – *os programas habitacionais do Município serão efetivados aplicando-se os seguintes instrumentos de natureza tributária, financeira e jurídica:*

- a) fundo municipal para habitação cujos recursos decorrerão do orçamento municipal para os respectivos exercícios;*
 - b) requisição urbanística para implantação de programas habitacionais às famílias de baixa renda, objetivando a sua integração a cidade priorizando os lotes vagos existentes para o aproveitamento da infra-estrutura.*
- V. Assegurar áreas institucionais de interesse social que possibilitem a implantação de equipamentos urbanos.*

CAPITULO VIII

DIRETRIZES PARA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Artigo 114 – *São princípios e diretrizes básicas para ações políticas na área de saúde e promoção social aquelas já preconizadas na Lei Orgânica do Município, além, das demais previstas nesta Lei e seus respectivos anexos:*

- I. Elaborar Manual de Boas Práticas específica para a saúde e promoção social estabelecendo critérios para liberação de subsídios medicamentos e consultas a fim de racionalizar os recursos públicos e a qualificação da rede física de saúde;*
- II. Melhorar e ampliar o atendimento de saúde com a contratação de médicos especialistas;*
- III. Promover a integração entre os setores administrativos de saúde, meio ambiente e educação esportes e lazer e demais órgãos afins visando à prevenção de endemias, especialmente aquelas de veiculação hídrica;*

- IV. *Estabelecer programas de informação para o SUS – Sistema Único de saúde, a fim de promover o gerenciamento, avaliação e controle dos serviços, bem como possibilitar a divulgação de informações à população;*
- V. *Também são diretrizes estabelecidas para a saúde, as demais diretrizes que se referem ao meio ambiente, ao saneamento básico, à promoção social, ao abastecimento alimentar, ao incentivo às atividades produtivas que geram empregos, à fiscalização sanitária, de acordo com o preconizado nesta Lei e a Lei Orgânica do Município;*
- VI. *Promover a co-gestão entre iniciativa privada e pública na criação e implementação de atividades sociais que visem dar suporte as famílias carentes através de:*
 - a) *cursos profissionalizantes oferecidos por empresas que necessitem de profissionais treinados;*
 - b) *incentivo social para a organização participativa nas campanhas.*
- VII. *Promover a hierarquização, descentralizando, melhorando e ampliando os serviços de saúde através de:*
 - a) *investir na qualidade técnica dos profissionais da área através de cursos de treinamento teóricos e práticos para a sua atualização;*
 - b) *combate permanente as drogas.*

CAPITULO IX

DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO E CULTURA

Artigo 115 - *São princípios e diretrizes básicas para ações na área de educação aqueles já preconizados na Lei Orgânica e os demais previstos nesta Lei e seus anexos:*

- I. *Garantir o acesso do ensino público e de qualidade prioritariamente a população de 0 a 3 anos em centros municipais de educação infantil, de 4 a 5 anos educação infantil, de 6 a 14 anos na rede pública de ensino, e dos portadores de deficiência em escola de educação especial;*
- II. *Assegurar transporte adequado do aluno da zona rural;*
- III. *Garantir ampla participação da comunidade na definição e monitoramento do ensino;*
- IV. *Estabelecer programas para a implantação de cursos profissionalizantes, promovendo a formação de mão-de-obra, qualificando-a para as diversas áreas profissionais técnicas especialmente aquelas relacionadas às atividades agroindustriais, mecânicas, metalúrgicas e aqueles artesanais e micro-empresário associados às confecções, madeira e mobiliário, e cerâmica;*
- V. *Implantar calendário para amplo programa multidisciplinar nas escolas para a conscientização das diversas campanhas a ser promovida no município;*

- a) *antidrogas;*
- b) *respeito às normas de trânsito;*
- c) *divulgação da legislação urbana;*
- d) *programas de saúde;*
- e) *preservação do meio ambiente;*
- f) *tributos municipais;*
- g) *reciclagem de lixo*

- VI. *Reforma e ampliação da escola municipal;*
- VII. *Apoiar o desenvolvimento de programas ou projetos específicos para a área ambiental, bem como fortalecer através de campanhas, palestras, conferências, debates a necessidade de se preservar o meio ambiente. Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.*
- VIII. *Colaborar para a viabilização da oferta de cursos profissionalizantes.*
- IX. *Assegurar a continuidade de apoio e incentivo aos projetos desenvolvidos para a terceira idade.*
- X. *Ampliar, parcerias com instituições de ensino, para formação continuada de professores que atuam com alunos portadores de necessidades especiais nas escolas da rede municipal de ensino.*
- XI. *Gerenciar todas as campanhas educativas continuadas em parcerias com os demais setores administrativos*
- XII. *Promover e gerenciar estágios de estudantes de terceiro grau subsidiados pela Prefeitura Municipal para cumprimento de carga horária em prestação de serviço não remunerado, como contrapartida do investimento, na área específica de habilitação do estudante junto ao Município, com carga horária mínima de 50 horas por ano escolar subsidiado.*

Artigo 116 - *O artigo 115 inciso XII, que se refere esta lei deverá ser implantado no prazo Máximo de 60 dias após a publicação desta lei.*

CAPITULO X

DIRETRIZES PARA LAZER E ESPORTES

Artigo 117 – *São princípios e diretrizes básicas para ações e políticas na área de lazer e esportes, além das demais previstas nesta Lei e seus respectivos anexos:*

- I. *Estimular a prática de esportes nos equipamentos e espaços públicos;*
- II. *Promover e incentivar a prática de atividades esportivas junto às crianças em idade escolar;*
- III. *Melhoria da Infra-estrutura esportiva no município, principalmente dos equipamentos existentes;*

IV. Promover e implantar programas de práticas esportivas aliados às atividades dos Órgãos de Saúde e Bem Estar Social em especial aos grupos:

- a). Terceira idade*
- b). Deficientes físicos*
- c). Dependentes químicos*
- d). População de baixa renda*

V. Elaboração do Manual de Boas Práticas com objetivo de aliar a atividade esportiva ao ecoturismo e a qualidade de vida da população;

CAPITULO XI

DIRETRIZES PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

Artigo 118 – São princípios e diretrizes básicas para as ações políticas na área de Segurança Pública:

- I. Preservação, orientação, campanhas, atendimento à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas;*
- II. Criação de órgão Municipal de atendimento à política de preservação à violência contra a mulher e a criança;*
- III. Gestão junto aos órgãos estaduais e federais que promovem a segurança em Quatro Pontes;*
- IV. Substituição dos integrantes da equipe da polícia no máximo a cada três anos.*

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 119 - Sem prejuízo de punição a outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei 8429 de 2 de junho de 1992, quando deixar de dar andamento aos planos, programas e projetos previstos nesta Lei, bem como deixar de proceder sua implementação, atentando para as prioridades previstas nesta Lei.

Artigo 120 – A Lei do Plano Diretor é considerada complementar à Lei Orgânica Municipal devendo sua aprovação, bem como as alterações posteriores observar quorum qualificado.

Artigo 121 - São Projetos Especiais a serem implementados pela Prefeitura Municipal:

- I. Implantação de habitação popular;*
- II. Implantação da ZII – Zona de Incentivo Industrial, e incentivos para a transferência das indústrias poluentes localizadas em desacordo com o Zoneamento Proposto.*
- III. Preservação e revitalização das matas ciliares dos fundos de vale do município visando à qualidade ambiental dos fundos de vale.*
- IV. Adequação do Sistema Viário conforme o mapa das Diretrizes do Sistema Viário.*
- V. Complementar a revitalização da Avenida Presidente Epitácio;*
- VI. Obras de implantação da rede de coleta e tratamentos do esgotamento sanitário da área urbana;*
- VII. Incentivo para o desenvolvimento econômico e para geração de empregos;*
- VIII. Incentivo ao desenvolvimento do turismo como atividade econômica;*
- IX. Campanhas permanentes de conscientização da população para todas as áreas especificadas nas Medidas Institucionais;*
- X. Atualização do Cadastro Técnico e Imobiliário, Atualização da Planta Genérica de valores e Implantação do Sistema Único de Informações;*
- XI. Elaboração e implantação da Manual de Boas Práticas para todos os Órgãos Municipais num prazo de 180 dias após a publicação desta lei.*

Artigo 122 - Além de garantir o funcionamento do Conselho Municipal do Plano Diretor, a Lei Orgânica, no sentido de fazer cumprir as diretrizes da presente Lei e do conjunto de Leis que a compõe, o poder público Municipal deverá garantir a participação da comunidade através de:

- I. Promoção de audiências públicas nas associações de bairros, entidades de classe e outras entidades organizadas da sociedade civil local;*
- II. Integração ao processo educativo, através da participação das escolas;*
- III. Ampla divulgação e informação dos objetos, diretrizes e prioridades pretendidas, junto à população local, através dos meios de comunicação disponíveis e manter exemplares do Plano Diretor em locais acessíveis à consulta pública.*

Artigo 123 – Toda associação Comunitária, regularmente constituída e com desempenho regular de suas funções estatutárias há, pelo menos dois anos, será considerada parte legítima para propor ação judicial, inclusive, visando ao cumprimento da Lei do Plano Diretor e das demais Leis que a compõe.

Artigo 124 – O Executivo, após a publicação desta Lei, deverá dar provimento às medidas de implementação das diversas diretrizes que a integram, bem como de instituição dos instrumentos previstos, respeitados os prazos e procedimentos estabelecidos para cada caso.

Artigo 125 – No prazo máximo de 5 (cinco) anos após a publicação desta Lei, deverá o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal ser avaliado quanto aos resultados da aplicação de suas diretrizes e instrumentos e das modificações ocorridas no espaço físico, social e econômico do Município, procedendo-se às atualizações e adequações que se fizerem necessárias.

Artigo 126 – Todos os atos contrários às disposições desta lei são passíveis de multa, apreensão e demais penas a serem aplicadas pela administração pública do município e demais órgão competentes.

Artigo 127 – São diretrizes específicas a serem implementadas pelo Município aquelas estabelecidas nos anexos desta Lei:

ANEXO 1: Tabela das Diretrizes

ANEXO 2: Tabela das Medidas Urbanísticas – Plano de Ação Municipal

ANEXO 3 :Tabela de Ocupação do Solo

ANEXO 4: Mapa do Macrozoneamento

ANEXO 5: Mapa do Zoneamento da Área Urbana

ANEXO 6: Mapa das Diretrizes do Sistema Viário

Artigo 128 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 22 de dezembro de 2008.

Jair Majolo
Diretor do Departamento
de Administração

SILVESTRE KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 1
TABELA I – DIRETRIZES

ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO	DIRETRIZES	MEDIDAS URBANÍSTICAS	MEDIDAS INSTITUCIONAIS
SOLO	Recuperação do solo	Análise do solo e tratamento Conscientização dos proprietários e treinamento	Qualificação do proprietário para utilização de novas tecnologias através de cursos e campanhas Cadastro informatizado dos proprietários rurais para a liberação dos subsídios e elaboração de um Manual de Boas Práticas – criar Lei para regulamentação da distribuição dos subsídios Levantamento geomorfológico através de mapas georreferenciados para gestão do solo
HIDROGRAFIA	Recuperação dos rios	Limpeza dos rios desassoreamento	Campanha de conscientização para população
VEGETAÇÃO	Recuperação das matas ciliares Revitalização da paisagem urbana Criação de mais áreas verdes na área urbana	Plantio de árvores Projeto específico para paisagismo Criação de parque ou praça	Campanha para a população adotar árvore, rios e ou mata ciliares em contrapartida dos subsídios
POPULAÇÃO	Orientar a população para práticas politicamente corretas		Orientação permanente para população antidrogas nas escolas conscientização dos proprietários das indústrias para adaptar as normas de saneamento adequadas qualificação da mão de obra local para o turismo
AÇÃO SOCIAL	Recuperação de drogados		Campanhas de orientação antidrogas nas escolas Policiamento efetivo no município
SETOR PRIMÁRIO	Aumentar a produção Melhorar a qualidade de vida do homem no campo Gerar renda Gerar empregos	Compra de equipamentos para a produção de Leite de forma de Subsídios tecnológicos	Plano para associativismo informal e Treinamento para o uso de tecnologias de ponta Plano para agroindustrialização Marketing de valorização do homem no campo e dos produtos locais Incentivo aos orgânicos para participação de feiras

SETOR TERCIÁRIO	Implantar indústrias não poluentes Reverter o quadro da poluição proveniente das indústrias existentes	Transferir as indústrias poluentes dos arredores da área urbana através de propostas para nova área industrial	Fiscalização efetiva e qualificada Penalização através de legislação municipal Implantar sistemas para mitigar as ações das indústrias poluentes
TURISMO	Criar mecanismos para explorar o setor de forma a gerar empregos	Revitalizar a área central da cidade Paisagismo nas estradas rurais e acessos Colocação de placas na região que indicam a localização do município Criação de trilhas ecológicas nas áreas das matas ciliares Aquisição de área e implantação do Parque Municipal junto ao Arroio Quatro Pontes Aquisição de área e construção de rodoviária	Incentivar a atividade pesqueira Promover o turismo gastronômico Incentivar a atividade de agronegócios
EMPREGOS	Gerar empregos para mão de obra qualificada		Parcerias com empresas para bolsa estágios Qualificação da mão de obra do município
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E PARCELAMENTO DO SOLO	Ampliar o perímetro urbano Criação e estruturação do parque industrial Criar oportunidade para relocação de indústrias que hoje apresentam conflitos com o meio ambiente e com o uso do solo Melhorar a paisagem urbana Melhorar os acessos da cidade	Relocar indústrias poluentes em conflito com a zona urbana	criação de fiscalização específica para o setor de análise de projetos e fiscalização de obras campanhas orientando sobre a legislação urbana implantar conselho municipal de urbanismo implantar sistema de consulta prévia para liberação de alvarás
HABITAÇÃO	Elaboração de projetos de loteamentos e edificações destinadas à classe de baixa renda Regularização fundiária		Cadastramento da população deficiente de habitação Compra de área adequada para conjuntos habitacionais
REDE DE ÁGUA	Ampliar o reservatório e melhorar a qualidade da água onde é realizada a captação	Perfuração do aquífero guarani	Campanha de preservação dos mananciais de abastecimento de água
REDE DE ENERGIA	Melhoria da qualidade dos serviços na zona rural	Alteração para o sistema trifásico	Parcerias com a iniciativa privada Subsídio com contrapartida

REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	Ampliação da rede de galerias de águas pluviais na área urbana Destinação através de emissário das águas provenientes das galerias urbanas		
REDE DE ESGOTO	Melhorar o saneamento das áreas urbana e rural Instalação da rede de esgoto na área urbana	Implantar sistema de esgotos	Conscientização da população as normas e praticas corretas de saneamento Projeto técnico e adaptação às normas de saneamento da área urbana e rural
COLETA DE LIXO E VARRIÇÃO	Melhorar a qualidade do serviço de coleta de lixo e tratamento específico para o lixo hospitalar Implantar o sistema de coleta seletiva e praticas de reciclagem tais como a compostagem para o adubo orgânico	Melhoria na área de deposito dos resíduos sólidos	Conscientização da população para praticas ambientalmente corretas Cobrar da empresa prestadora de serviço melhoria de equipamentos para o transporte do lixo coletado Implantar sistema de coleta seletiva
SISTEMA VIARIO	Evitar e coibir conflitos no sistema viário Hierarquizar caixas das ruas Rever a circulação de cargas pesadas na Avenida Presidente Epitácio Fazer projeto de anel viário para desvio das cargas pesadas	Revitalização da Avenida Presidente Epitácio Utilização de mecanismos para evitar acidentes Elaboração de projeto reformulação morfológica do sistema viário de loteamentos sem a terminação de ruas. Colocação de sinalização viária	Policimento de transito
TELECOMUNICAÇÕES	Melhorar sistema de transmissão de celular tv e outros.	Implantar sistema de transmissão local de tv radio e telefonia celular	Parcerias com as empresas prestadoras de serviço
EQUIPAMENTOS DE SAUDE	Diminuir o gasto com o setor Adequar o espaço físico	Aquisição de área para ampliação do posto de saúde	Campanhas educativas de prevenção de doenças através de orientação nutricional nas escolas e comunidades Implementação de atividades físicas comunitárias
EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	Criar novas vagas na escola Diminuir o índice de repetência Aumentar a qualidade do ensino Promover projetos de extensão p estudantes do ensino médio	Ampliação e Melhorias na Escola Municipal	Promover estágios de estudantes subsidiados pela prefeitura

EQUIPAMENTOS SOCIAIS	<p>Implantação de mobiliário urbano e placas de sinalização</p> <p>Redução da poluição visual liberação do passeio público priorizando o pedestre</p>	<p>Revitalização da área urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Paisagismo ▪ Calçada ▪ Implantação de praças ▪ Placas de comunicação visual ▪ Placas de trânsito 	
CULTURA, LAZER E ESPORTES	<p>Marqueting para divulgação de festas</p> <p>Estimular a terceira idade para a prática de esportes</p>		<p>Marqueting das festas</p> <p>Preservação do patrimônio</p>
SERVIÇOS FUNERARIOS	<p>Ampliação e melhoria da infra-estrutura da área</p> <p>Ampliação da área</p>	<p>Dotar de pavimentação, calçadas, lixeiras, paisagismo, bancos, serviços de drenagem, sanitários,</p> <p>Construir capela mortuária</p>	<p>Ampliar o cemitério</p> <p>Cadastramento informatizado</p> <p>Terceirizar o serviço</p>
SEGURANÇA PÚBLICA	<p>Melhorar os serviços</p>		<p>Melhorar a ação dos policiais e trocar o corpo policial a cada 3 anos</p>
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	<p>Reorganização do quadro administrativo para atender as novas necessidades</p> <p>Qualificação da equipe de aprovação e fiscalização de obras e loteamentos</p> <p>Informatização e treinamento</p>	<p>Compra de equipamentos e programas de informática que visem à elaboração de um cadastro Único na prefeitura</p>	<p>Criação de quadro de fiscalização com qualificação específica para os setores de obras, alvarás, zona rural, meio ambiente e tributário</p> <p>Criação da comissão de operacionalização do plano</p> <p>Criação de órgão colegiado permanente</p>
LEGISLAÇÃO VIGENTE	<p>Revisão a cada 5 anos</p> <p>Atualização</p> <p>Operacionalização imediata</p>		<p>Criar mecanismos para operacionalizar a legislação em questão fazendo todas as adaptações necessárias</p>
RECEITA X DESPESAS	<p>Aumentar a capacidade de endividamento</p> <p>Diminuir as despesas</p> <p>Aumentar as receitas</p>		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redistribuição de receitas ▪ Otimizar receitas e diminuir despesas em todos Departamentos ▪ Fazer caixa para empreendimentos extremamente importantes tais como implantação do sistema de esgotos. ▪ Investir de forma auto-sustentável em todos os Departamentos e demais áreas da prefeitura.
CADASTRO TÉCNICO e PLANTA GERAL DE VALORES	<p>Atualização contínua e informatização</p>		<p>Contratação de empresa de consultoria para atualização do cadastro multifinalitário técnico imobiliário, planta genérica de valores, atualização do código tributário, treinamento da equipe municipal e informatização</p>
ARRECADAÇÃO	<p>Melhorar a arrecadação</p>		<p>Incentivos através de campanhas para a emissão de NF.</p>

ANEXO 2
TABELA II - PLANO DE AÇÃO

	PRIORIDADE 01
	PRIORIDADE 02
	PRIORIDADE 03

ASPECTOS FISICOS E AMBIENTAIS					
AREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO	MEDIDAS		PRAZOS anos		
	URBANISTICAS	INSTITUCIONAIS	1-3	4-7	8-10
SOLO		Análise do solo e tratamento			
		Conscientização dos proprietários e treinamento			
		Qualificação do proprietário para utilização de novas tecnologias através de cursos e campanhas			
		Cadastro informatizado dos proprietários rurais para a liberação dos subsídios e elaboração de um Manual de Boas Práticas – criar Lei para regulamentação da distribuição dos subsídios			
	Exploração de olarias				
		georreferenciados para gestão do solo			
HIDROGRAFIA	Limpeza dos rios desassoreamento	Campanhas de conscientização da população para a não poluição e limpeza dos rios			
VEGETAÇÃO	Plantio de árvores C/ Projeto específico para paisagismo	Campanhas para a população para a preservação do meio ambiente			
	Criação de parque ou praça e viveiro de mudas	Projetos			

ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS					
AREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO	MEDIDAS		PRAZOS anos		
	URBANISTICAS	INSTITUCIONAIS	1-3	4-7	8-10
POPULAÇÃO		Liberação de subsídios de qualquer setor mediante cumprimento de posturas solicitadas pelo poder público.			
		Orientação permanente nas escolas com relação às práticas politicamente corretas			
AÇÃO SOCIAL		Fiscalização mais rigorosa para coibir a ação de traficantes e usuários de drogas			
		Orientação permanente nas escolas			
SETOR PRIMÁRIO		Subsídio para compra de equipamentos que incrementem o setor Leiteiro, produção de orgânicos e outros			
		Plano para agroindustrialização			
		Treinamento para o uso de tecnologias de ponta			
SETOR TERCIÁRIO	Compra de área para zona industrial poluente				
		Fiscalização efetiva e qualificada			
		Orientação e Penalização através de legislação municipal			
		Implantar sistemas para mitigar as ações das indústrias poluentes			

TURISMO	Revitalizar a área central da cidade				
	Duplicar os acessos				
	Paisagismo nas estradas rurais e acessos				
	Aquisição de área e Implantação do Parque Municipal do Arroio Quatro Pontes.				
	Aquisição de área e construção de rodoviária				
	Criação de trilhas ecológicas nas áreas das matas ciliares				
		Promover o turismo gastronômico			
EMPREGOS		Colocação de placas na região que indicam a localização do município			
		Qualificação da mão de obra do município			

ASPECTO SÓCIO ESPACIAIS					
ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO	MEDIDAS		PRAZOS anos		
	URBANÍSTICAS	INSTITUCIONAIS	1-3	3-7	8-10
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E PARCELAMENTO DO SOLO	Transferência das indústrias poluentes dos arredores da área urbana				
		Parcerias com cartórios para evitar contratos em desacordo com a legislação			
		Aprovação prioritária de loteamentos para habitação popular			
		Atualização permanente de cadastro técnico e imobiliário			
	Transferir edificações que estejam com uso conflitantes				
		Adequação a legislação viária o sistema viário rural			
HABITAÇÃO		Criação de fiscalização específica para o setor de análise de projetos e fiscalização de obras			
		Cadastramento da população deficiente de habitação			
		Construção de casas populares (50 unidades) em parceria com a Cohapar, através de convênio.			

ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS PÚBLICOS					
ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO	MEDIDAS		PRAZOS anos		
	URBANÍSTICAS	INSTITUCIONAIS	1-3	4-7	8-10
EQUIPAMENTOS SOCIAIS	Revitalização da área urbana <ul style="list-style-type: none"> ▪ Paisagismo ▪ Calçada ▪ Placas de comunicação visual ▪ Placas de trânsito 				
	Reurbanização da Av. Presidente Epitácio, incluindo passeio central				
CULTURA, LAZER E ESPORTES		Marqueting das festas e convenio com a AMOP			
	Preservação do patrimônio				
SERVIÇOS FUNERARIOS	Dotar de infra-estrutura o cemitério: pavimentação, calçadas, lixeiras, paisagismo, bancos, serviços de drenagem, sanitários etc...				
	Ampliar o cemitério				
	Comprar área para expansão				
		Cadastramento informatizado			
		Terceirizar o serviço			
SEGURANÇA PÚBLICA	Construir capela mortuária				
		Melhorar a ação dos policiais para o trânsito e coibir a ação de traficantes			
PAVIMENTAÇÃO	Manutenção				
	Pavimentação das ruas dos novos loteamento				

REDE DE ÁGUA	Perfuração do aquífero guarani			
REDE DE ENERGIA	Alteração para o sistema trifásico			
REDE DE ESGOTO	Projeto técnico			
COLETA DE LIXO E VARRIÇÃO	Implantar sistema de coleta seletiva			
		Conscientização da população para praticas ambientalmente corretas		
		Cobrar da empresa prestadora de serviço melhoria de equipamentos para o transporte do lixo coletado		
SISTEMA VIARIO	Pavimentação com pedra irregular, ligando a sede municipal com as linhas do interior.			
		Conscientização da população para o respeito às normas de transito através de palestras nas escolas		
	Proporcionar vias marginais seguras com ciclovias			
	Conclusão revitalização da Avenida Presidente Epitácio			
	Utilização de mecanismos para evitar acidentes-lombadas sinalização			
		Elaboração de projeto reformulação morfológica do sistema viário de loteamentos sem a terminação de ruas.		
		Intensificar o Policiamento de transito		
	Colocação de sinalização viária			
TELECOMUNICAÇÕES	Colocação de Placa para localização do município nas estradas da microrregião			
	Implantar sistema de transmissão local de tv radio e telefonia celular			
EQUIPAMENTOS DE SAUDE		Separar a sede administrativa da Secretaria da saúde do posto de saúde		
		Informatização do sistema de consultas		
		Trabalhos de conscientização para população		
		Implementação de atividades físicas comunitárias		
EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO		Campanhas educativas de prevenção de doenças através de orientação nutricional nas escolas e comunidades		
		Promover estágios de estudantes subsidiados pela prefeitura		
	Construção de refeitório na Escola Municipal Dona Leopoldina			
	Construção de Biblioteca junto a Escola Municipal Dona Leopoldina			

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS					
AREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO	MEDIDAS		PRAZOS Anos		
	URBANISTICAS	INSTITUCIONAIS	1-3	4-7	8-10
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	Implantação de postos para fiscalização de notas nas divisas do município	Criação e implantação de quadro de funcionários para fiscalização com qualificação específica para os setores de obras, alvarás, meio ambiente e tributário			
		Criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal			
	Compra de equipamentos e programas de informática que visem à elaboração de um cadastro Único na prefeitura	Contratação de consultorias para atualização de cadastro técnico imobiliário (multifinalitário), planta genérica de valores, Código tributário			
LEGISLAÇÃO VIGENTE		Criar mecanismos para operacionalizar a legislação em questão fazendo todas as adaptações necessárias na estrutura administrativa			
RECEITA X DESPESAS		Diminuição dos gastos <ul style="list-style-type: none">▪ Redistribuição de receitas▪ Redução de gastos▪ Fazer caixa para empreendimentos			
CADASTRO TECNICO		Atualização do cadastro técnico imobiliário e da planta genérica de valores			
ARRECADAÇÃO		Campanhas para a emissão de notas			

